

# País deve fortalecer mercado interno para superar a crise

Marcos Magalhães

Ao contrário do que ocorreu em 1984, quando a expansão das exportações comandou a saída de uma longa recessão, o governo pretende agora privilegiar o mercado interno como dinamizador de um novo ciclo de crescimento econômico, assim que o esforço de estabilização permitir o início de um desenvolvimento sustentado.

Esta é uma das principais alternativas apresentadas por técnicos do Ministério da Economia, da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em um estudo intitulado Referências Básicas da Estratégia de Desenvolvimento, que foi adotado como texto base para as discussões em torno da revisão do Plano Plurianual da União.

"O mercado interno deve ser resgatado como referência relevante, sobretudo pela pontencialidade e pelo tamanho que já atingimos", sugere o documento. "Está fora de dúvida que um capitalismo moderno se nutre da expansão salarial e da proliferação das classes médias, que acabam se tornando fundamentais na economia e na democracia", lembra.

Esta opção, porém, não deve ser considerada como excludente das exportações. A existência de um mercado interno ainda pouco desenvolvido, recordam os técnicos, facilitaria a própria integração internacional da economia brasileira. As vendas internas, acredita-

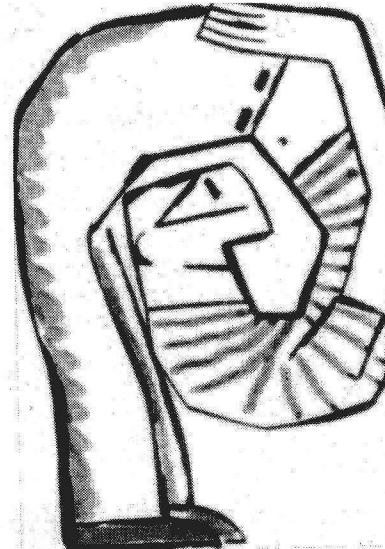
tam, permitiriam a retomada dos investimentos, que, por sua vez, viabilizariam as exportações.

Todo esse quadro, porém, depende dos resultados da política de combate à inflação. "Não podemos ceder à tentação de buscar o crescimento mesmo com inflação alta", avverte o sociólogo Pedro Demo, diretor do Departamento de Macroestratégias da SAE. "Se pudermos fazer o crescimento, ele deverá ser compatível com a estabilização", prevê.

Segundo Demo, as pressões a favor da retomada do crescimento são muito grandes, mas a equipe econômica sustenta a tese de que o País não deve se meter em uma aventura. "Seria algo como exigir de um homem acamado com hepátite que se levantasse e fosse imediatamente jogar futebol, sem passar por um tratamento adequado", compara um economista do governo.

O doente, no caso, é o Estado, que se endividou e perdeu a capacidade de investir ao longo dos últimos anos. O tratamento atual consiste em tentar equacionar as finanças públicas, contraíndo fortemente os gastos e procurando aumentar a receita através de uma reforma fiscal.

"O verdadeiro nó que enfrentamos é a crise do Estado", acredita o diretor-técnico adjunto do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcos Panariello. "A instabilidade que vem daí afeta as expectativas de um crescimento auto-sustentado", diagnostica.



A prioridade ao mercado interno, entretanto, também enfrenta seus problemas, em função do empobrecimento da população reconhecido pelo documento. "O País tem o estigma de detentor de uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo", lembra o texto, considerando "igualmente grave" o fato de o salário mínimo de hoje ser inferior a US\$ 100.

A solução, aponta o estudo, está na conjugação da retomada do crescimento com a redistribuição de renda. "Retomar o crescimento significa consolidar as condições necessárias para garantir os níveis adequados de bem-estar para todos, atingindo finalmente caminho sólido e seguro de desenvolvimento a longo prazo", afirmam os técnicos.

Por enquanto, todas essas previsões esbarram em um quadro de recessão, desemprego e crescentes tensões sociais, cuja maior causa é justamente a recessão. A saída desse ambiente desfavorável para uma nova onda de crescimento vai depender do êxito da política de estabilização, alerta o governo.

Por outro lado, recordam os técnicos do grupo de trabalho, para nada serviria o esforço atual se não fosse para permitir uma nova dinamização da economia. "Retomar o crescimento é vital", afirma o texto elaborado pelo grupo. "Para isto servem a política de combate à inflação, a busca da estabilidade de preços e a reforma fiscal".